



<p>i</p> <p>02-10-2014</p>	Periodicidade: Diária	Temática: Banca/Seguros
	Classe: Informação Geral	Dimensão: 2126
	Âmbito: Nacional	Imagem: S/Cor
	Tiragem: 80000	Página (s): 1/2/3

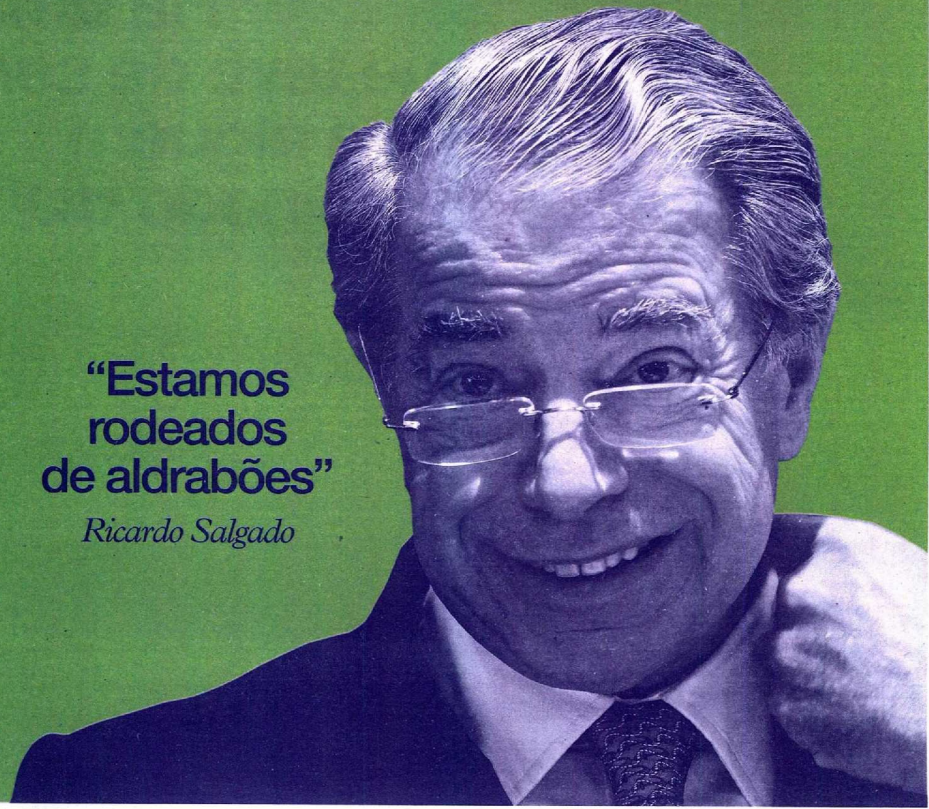


Ricardo Salgado.

“Há uma parte que teve de ser entregue a alguém”

O *i* teve acesso a documentação que indicia que, além dos Espírito Santo, houve mais uma pessoa a receber uma percentagem da comissão paga pelos alemães no negócio dos submarinos // PÁGS. 2-3

“Estamos rodeados de aldrabões”
Ricardo Salgado

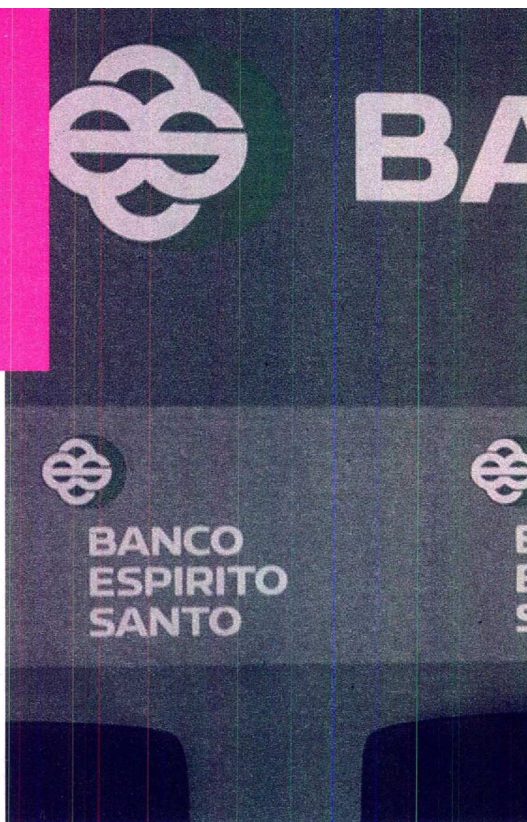




Radar

Ricardo Salgado revelou numa reunião do Conselho Superior do GES mais pormenores sobre o rasto da comissão paga à Escom

FILIPE CASACA



Salgado sobre submarinos. “Há uma parte que teve de ser entregue a alguém em determinado dia”

O *i* teve acesso a documentação que indicia que, além dos Espírito Santo, houve mais uma pessoa a receber uma percentagem da comissão paga pelos alemães

SÍLVIA CANECO
silvia.caneco@ionline.pt

Os cinco clãs da família Espírito Santo não foram os únicos a ganhar uma parte dos cerca de 30 milhões de euros que a Escom recebeu dos alemães no negócio dos submarinos. Além dos 5 milhões de euros que, como o *i* avançou ontem, terão ido parar a contas dos membros do Conselho Superior do Grupo Espírito Santo (GES), uma outra fatia da comissão paga à Escom por serviços de consultoria prestados ao consórcio alemão terá ido parar às mãos de uma sexta pessoa.

Na reunião de 7 de Novembro de 2013, Ricardo Salgado, então presidente da comissão execu-

tiva do BES, começou por contar aos nove membros presentes que os cinco clãs da família tinham recebido 5 milhões de euros de “comissões” e os três gestores da Escom – o presidente, Helder Bataglia, Pedro Ferreira Neto e Luís Horta e Costa – tinham arrecadado 15 milhões do total pago pelo German Submarine Consortium. “Deram-nos cinco a nós e eles [os administradores da Escom] guardaram 15”, afirmou.

Mas a confissão de Salgado não terminou aí. O então líder do BES tinha outros pormenores da operação a revelar aos clãs liderados por António Ricciardi, Manuel Fernando Espírito Santo, José Manuel Espírito Santo e Mário Mosqueira do Amaral. Antes que



lhe perguntassem como três administradores da Escom tinham recebido 15 milhões de euros – três vezes mais que os Espírito Santo –, Salgado adiantou-se: “E vocês têm todo o direito de perguntar: mas como é que aqueles três tipos receberam 15 milhões? A informação que temos é que há uma parte que não é para eles. Não sei se é ou não é. Como hoje em dia só vejo aldrabões à nossa volta... Os tipos garantem que há uma parte que teve de ser entregue a alguém em determinado dia.”

As declarações de Ricardo Salgado reforçam a tese do Ministério Público de que o montante pago pelos alemães à Escom é “desproporcional” ao trabalho prestado e que a empresa do GES que fez a assessoria do consórcio alemão na negociação das contrapartidas dos submergíveis teria servido de intermediária de eventuais pagamentos ilícitos. O DCIAP – o departamento que investiga as suspeitas de corrupção no negócio dos submarinos há mais de oito anos – desconfia que os cerca de 30 milhões de euros pagos à empresa terão tido outros destinatários: pessoas que terão movido influências para que o consórcio alemão venesse o concurso dos submarinos, nomeadamente “titulares de cargos políticos”.

Salgado, porém, de acordo com informações recolhidas pelo *i*, acabaria por não desvendar o mistério da identidade de quem,

alegadamente, terá recebido uma percentagem dos 15 milhões de euros que estariam na posse dos administradores da Escom. Aliás, para evitar mais perguntas, pediu a Ricardo Abecassis Espírito Santo que não “remexesse mais no assunto”. “Vamos acabar por saber quem recebeu e quem deixou de receber.” Acrescentou ainda que logo a seguir à operação dos submarinos terão ficado “todos com um ataque de arrependimento, ao ponto de em 2004” decidirem “parar qualquer operação” relacionada com equipamento militar. “Em 2004 o grupo decidiu acabar com esta actividade porque eles estavam-se a preparar para fazer o mesmo com carros blindados”. E “fragatas” e “metralhadoras”, acrescentaram outros membros.

Embora as afirmações de Salgado não revelem nomes, reforçam o que já estava sob suspeita: que os membros do Conselho Superior do GES não terão sido os únicos a receber da Escom, que a empresa funcionou como veículo de pagamentos a outras pessoas e que há um sexto destinatário do dinheiro que permanece em segredo.

Nem os administradores da Escom nem Ricardo Salgado responderam aos pedidos de esclarecimento enviados pelo *i*. A Procuradoria-Geral da República limitou-se a dizer que o inquérito está em segredo de justiça.

Durante a reunião, o então líder do BES relatou que Luís

Horta e Costa – um dos três administradores da Escom que em Agosto de 2013 foi constituído arguido no processo dos submarinos – lhe terá explicado que a comissão inicial de cerca de 30 milhões de euros paga pelos alemães tinha ficado logo reduzida “a 20 milhões”, com “encargos com advogados” e “pagamentos por fora”. No entanto, acrescentou, Luís Horta e Costa ter-lhe-á “dado a garantia” de que a empresa do GES não teria “pago nada a ministros”.

Se a comissão inicial era de 30 e sobram 20, para onde foram os outros 10 milhões? Para quem foram os “pagamentos por fora” e quais os encargos exactos com advogados? Afinal quantas pessoas lucraram com a comissão que a Escom recebeu dos alemães no negócio e a que título receberam? Salgado não esclareceu e nenhum dos nove elementos da família presentes na reunião perguntou.

SUBORNOS LÁ FORA As suspeitas de corrupção no negócio da compra de dois submarinos pelo Estado português à Man Ferrostaal, em 2004, estão a ser inves-

tigadas há mais de oito anos. Até à data, só os três gestores da Escom foram constituídos arguidos no processo por suspeitas de corrupção activa, tráfico de influências e branqueamento de capitais. Apesar das suspeitas de que uma série de depósitos no total de 1,1 milhão de euros nas contas do CDS-PP, entre 27 e 30 de Dezembro de 2004, teriam tido origem na comissão paga pelos alemães à Escom, os investigadores nunca conseguiram deslindar o rasto do dinheiro.

Lá fora os desenvolvimentos têm sido mais céleres: o ex-ministro grego da Defesa Akis Tsochatzopoulos foi condenado a 20 anos de prisão por branqueamento de 6 milhões de euros provenientes de subornos para viabilizar o negócio da compra de quatro submarinos à Man Ferrostaal e outro equipamento militar. Na Alemanha, dois ex-gestores do consórcio alemão admitiram ter pago luvas no valor de 62 milhões de euros a intermediários na Grécia e em Portugal para conseguirem vencer os concursos dos submarinos. O ex-cônsul honorário de Portugal em Munique Jürgen Adolff também foi condenado por corrupção. Nas respostas do ex-primeiro-ministro enviadas à comissão de inquérito sobre aquisição de equipamento militar, Durão Barroso negou ter falado com o ex-cônsul de Portugal na Alemanha sobre o negócio.

“E vocês têm todo o direito de perguntar: mas como é que aqueles três tipos receberam 15 milhões? A informação que temos é que há uma parte que não é para eles. Não sei se é ou não é. Como hoje em dia só vejo aldrabões à nossa volta... Os tipos garantem que há uma parte que teve de ser entregue a alguém em determinado dia.”

“O Luís Horta e Costa explicou que eram 30 milhões (...), depois teve encargos com advogados e mais não sei o quê e pagamentos por fora, mas garantiram que não tinham pago nada a ministros”

“Deram-nos cinco a nós e eles [os administradores da Escom] ficaram com 15”

Ricardo Salgado
EX-PRESIDENTE DA COMISSÃO EXECUTIVA DO BES E EX-MEMBRO DO CONSELHO SUPERIOR DO GES

Salgado afirmou ter-lhe garantido que Escom não pagou “nada a ministros”